

Layse da Silva Vieira¹; Claudia Chaves Gonçalves de Carvalho²; Vitor Leonardo Alves³.

¹Universidade Iguaçu (Unig), Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. <http://lattes.cnpq.br/6004271569743822>

²Universidade Iguaçu (Unig), Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. <https://lattes.cnpq.br/7834602971955136>

³Universidade Iguaçu (Unig), Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. <http://lattes.cnpq.br/5220530946857569>

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados. Saúde Pública. Migração humana.

DOI: 10.47094/IIICOLUBRASMU.2026/RE/14

INTRODUÇÃO

A migração internacional é um fenômeno complexo e histórico. Estima-se que 117 milhões de indivíduos em escala global encontram-se em situação de deslocamento forçado. Esse contingente populacional foi compelido a abandonar seus territórios de origem devido a um quadro complexo que envolve perseguições sistêmicas, conflitos deflagrados, violência generalizada e graves violações de direitos humanos conforme previsto no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2023).

A configuração dos fluxos migratórios forçados em direção ao Brasil, destaca-se pela ampla heterogeneidade de nacionalidades. O país contabilizou um total de 454.000 pedidos de reconhecimento da condição de refugiado oriundos de cidadãos de 175 diferentes nacionalidades (ACNUR, 2023). Nesse panorama a Venezuela consolida-se como o principal Estado de origem de solicitantes de refúgio e solicitantes de proteção internacional em território nacional.

Para gerir essa demanda sob a ótica dos direitos humanos, o Estado brasileiro substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro pela Lei de Migração (2017), que passou a reconhecer o migrante como um sujeito de direitos, garantindo-lhe acesso igualitário a serviços públicos e assistência jurídica. (Schena, 2023). Nesse cenário, estruturou-se a Operação Acolhida, que tem como um de seus pilares fundamentais a Estratégia de Interiorização. Este programa visa realocar voluntariamente refugiados e migrantes das zonas de fronteira no Norte do país para outros municípios brasileiros, buscando aliviar a pressão sobre os serviços públicos locais e fomentar a integração socioeconômica através da inclusão no mercado de trabalho (Brasil, 2023).

Entretanto, o processo de acolhimento ainda enfrenta obstáculos estruturais significativos, como a xenofobia, barreiras linguísticas e a persistência de dificuldades burocráticas na regularização documental, o que muitas vezes empurra essa população para a informalidade no mundo do trabalho (Capistrano, 2021). Para assegurar a integração socioespacial e cultural dos refugiados, a inserção no mercado de trabalho deve ser

acompanhada do pleno exercício do direito à educação e do fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, mitigando vulnerabilidades e promovendo a equidade.

OBJETIVO

Realizar a análise comparativa de publicações com o tema migrante, refugiados e acolhimento no período de 2021 a 2025.

METODOLOGIA

Trata-se de uma análise comparativa, que visa a reflexão e síntese de textos científicos produzidos com a temática migrante, acolhimento e refugiados. Foi realizada a seleção de três textos através de pesquisa aleatória na plataforma CAPES CNPq e internet com a delimitação do período de publicação entre 2021 e 2025 com os temas ora citados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A migração venezuelana para o Brasil tem se consolidado como um importante fenômeno social, humanitário e político nas últimas décadas, exigindo respostas institucionais capazes de atender às demandas dessa população em situação de vulnerabilidade. Os documentos analisados evidenciam que o aumento do fluxo migratório tem impactado diferentes setores da sociedade, especialmente os serviços públicos de educação, saúde, assistência social e trabalho. Nesse contexto, a atuação do Estado brasileiro e de organismos internacionais torna-se fundamental para garantir a proteção dos direitos humanos e a promoção da inclusão social dos migrantes e refugiados (ACNUR, 2023).

Os dados disponibilizados pelo ACNUR (2023) demonstram que o Brasil tem se destacado na América Latina como um dos principais destinos para pessoas que buscam refúgio e melhores condições de vida. Entretanto, o reconhecimento legal da condição de refugiado ou migrante não garante, por si só, a efetivação dos direitos previstos na legislação. Persistem desafios relacionados ao acesso a serviços públicos, à adaptação cultural e à inserção social, tornando necessária a implementação de políticas públicas que considerem as especificidades dessa população e promovam sua integração de forma ampla e sustentável.

No âmbito educacional, o estudo desenvolvido por Schena (2023) evidencia que crianças imigrantes com deficiência enfrentam desafios adicionais para sua inclusão na rede pública de ensino. Além das barreiras linguísticas e culturais comuns aos processos migratórios, esses estudantes encontram obstáculos relacionados à acessibilidade, à adaptação curricular e à disponibilidade de recursos pedagógicos especializados. Dessa forma, a autora destaca a importância da adoção de práticas educacionais inclusivas que contemplem tanto as necessidades decorrentes da deficiência quanto as particularidades

associadas à condição migratória.

A inserção no mercado de trabalho também se apresenta como um dos principais desafios enfrentados pelos migrantes venezuelanos. Conforme observado por Capistrano (2021), muitos refugiados e migrantes encontram dificuldades para acessar empregos formais devido à burocracia documental, ao não reconhecimento de suas qualificações profissionais e à ocorrência de práticas discriminatórias. Além disso, a necessidade imediata de geração de renda frequentemente leva essa população a aceitar condições precárias de trabalho, contribuindo para a manutenção de situações de vulnerabilidade socioeconômica e exclusão social.

Nesse cenário, a Estratégia de Interiorização, desenvolvida pelo Governo Federal em parceria com organismos internacionais, surge como uma importante iniciativa para promover a redistribuição voluntária dos migrantes venezuelanos pelo território nacional. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (Brasil, 2023), a estratégia busca ampliar o acesso a oportunidades de emprego, moradia e serviços públicos em municípios com maior capacidade de acolhimento. Contudo, os estudos analisados demonstram que a interiorização, embora relevante, não é suficiente para assegurar a integração plena dos migrantes, sendo necessário o fortalecimento de ações complementares voltadas à inclusão social e econômica.

Por fim, a análise conjunta das fontes permite compreender que a migração venezuelana constitui um fenômeno complexo e multidimensional, que demanda respostas articuladas entre diferentes setores governamentais e da sociedade civil. A garantia de direitos fundamentais, como educação, trabalho, saúde e assistência social, deve ultrapassar o caráter emergencial do acolhimento e promover condições efetivas de participação social e cidadania. Assim, o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, associado à cooperação entre instituições nacionais e internacionais, mostra-se essencial para assegurar a dignidade, a inclusão e a qualidade de vida da população migrante e refugiada no Brasil (ACNUR, 2023; Brasil, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração contemporânea no Brasil, com foco especial no fluxo de refugiados que buscam proteção e sobrevivência frente a crises políticas e econômicas são uma constante diária na atualidade brasileira. Embora o Brasil tenha uma legislação avançada, alguns pontos apresentam lacunas significativas na coleta de dados e formulações de políticas públicas efetivas. No contexto socioeconômico, os relatos evidenciam a vulnerabilidade dos refugiados ao trabalho precário e a necessidade urgente de apoio governamental para a empregabilidade formal.

Conclui-se que o acolhimento efetivo de migrantes e refugiados exige uma atuação intersetorial que ultrapasse a assistência básica, garantindo o acesso aos direitos

fundamentais e promovendo condições dignas de vida. Nesse sentido, a articulação entre Estado, organismos internacionais e sociedade civil mostra-se essencial para transformar o deslocamento forçado em oportunidades reais de integração social, econômica e cultural.

No âmbito educacional, observa-se um aumento significativo no número de estudantes imigrantes matriculados, porém a inclusão efetiva vai muito além do acesso formal à escola. Torna-se necessário desenvolver práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as particularidades culturais, sociais e linguísticas desses alunos, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso à diversidade, capaz de reduzir situações de exclusão e xenofobia e assegurar o reconhecimento de sua dignidade e cidadania.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). Painel interativo: dados sobre refúgio no Brasil. Brasília, DF: ACNUR, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Interiorização: uma estratégia de apoio à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela. Brasília: MDS; Plataforma R4V, 2023.

CAPISTRANO, Valnise Lima Vêras. **O mundo do trabalho dos (as) migrantes venezuelanos (as) que vivem na Paraíba.** 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SCHENA, Antonia de Meira. **Ações de acolhimento e atendimento de crianças imigrantes com deficiência na rede municipal de ensino de Curitiba.** 2023. 75 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2023.